



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281

20.^a SESSÃO 14.^a Sessão Ordinária

Ata n.º 20/2019 – Aos seis dias, do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (06-05-2019), as dezenove horas (19:00), reuniram-se os Vereadores na Câmara Municipal de Lidianópolis, Estado do Paraná, em sua vigésima sessão e décima quarta sessão ordinária. Com a presença de nove vereadores. Sob a Presidência do Vereador Antônio Augusto Maciel Filho, iniciou-se a presente Sessão, com a leitura do texto bíblico, João 3, versículo 1-8, realizado pela vereadora Isabel Lourenço Oliveira. No **EXPEDIENTE**, foram apresentadas as seguintes matérias: Atas n.º. 18 e 19/2019 - foram colocadas em discussão e aprovadas por unanimidade; Projeto de Lei n.º 002/2019. Aatoria – Vários Vereadores. SUMULA: Dispõe sobre a denominação do CAMPO DE FUTEBOL DE CAMPO do Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis, Estado do Paraná e da outras providências; PROJETO DE LEI n.º926/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a alienar (vender) bens da municipalidade e da outras providencias; PROJETO DE LEI n.º 927/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a Alienar (Vender) bens da municipalidade e da outras providencias; PROJETO DE LEI n.º 931/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Ratifica a participação do Município de Lidianópolis em entidades de representação oficial de municípios e da outras providencias; PROJETO DE LEI n.º 934/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Dispõe sobre a denominação da Mini Arena Portatil, Localizada na Rua Santa Catarina ao Lado do Campo de Futebol Suíço, nesta municipalidade de Lidianópolis e da outras providencias; PROJETO DE LEI n.º936/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de credito Adicional Especial no orçamento do Município de Lidianópolis para o Exercício de 2019 e da outras providencias; RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 01/2019. Aatoria do Ministério Público de Campo Mourão – Recomendando a implantação da Cortina Verde na municipalidade. NO **EXPEDIENTE**, não ouve uso da palavra: Na **ORDEM DO DIA**, foi apresentada a seguinte matéria para aprovação: Projeto de Lei n.º 002/2019. Aatoria – Vários Vereadores. SUMULA: Dispõe sobre a denominação do CAMPO DE FUTEBOL DE CAMPO do Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis, Estado do Paraná e da outras providências - foi colocado em segunda discussão e votação e aprovado por unanimidade; PROJETO DE LEI n.º926/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a alienar (vender) bens da municipalidade e da outras providencias - foi colocado em primeira discussão e votação e aprovado por unanimidade - foi colocado em segunda discussão e votação e aprovado por unanimidade; PROJETO DE LEI n.º 927/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a Alienar (Vender) bens da municipalidade e da outras providencias - foi colocado em primeira discussão e votação e aprovado por unanimidade; PROJETO DE LEI n.º 931/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Ratifica a participação do Município de Lidianópolis em entidades de representação oficial de municípios e da outras providencias - foi colocado em primeira discussão e votação e aprovado por unanimidade - foi colocado em segunda discussão e votação e aprovado por unanimidade; PROJETO DE LEI n.º 934/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Dispõe sobre a denominação da Mini Arena Portatil, Localizada na Rua Santa Catarina ao Lado do Campo de Futebol Suíço, nesta municipalidade de Lidianópolis e da outras providencias. ADEMEIR APARECIDO CÂNDIDO. Senhor presidente, senhores vereadores, vocês aqui presente, boa noite a todos. Só gostaria de agradecer ao Prefeito Municipal por ter denominado o nome da quadra de José Cândido Neto em homenagem ao meu filho e queria agradecer também a vocês vereadores por ter apoiado e votado a favor. Seria isso e obrigado. Na sequencia o PROJETO DE LEI n.º 934/2019, foi colocado em segunda discussão e votação e aprovado por unanimidade; PROJETO DE LEI n.º936/2019. Aatoria do Poder Executivo. SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de credito Adicional Especial no orçamento do Município de Lidianópolis para o Exercício de 2019 e da outras providencias. LUCIANA DE JESUS MAIA. Boa noite a todos que compõe a mesa, nosso secretário, nosso jurídico, Casagrande secretário de agricultura, Pelé, João Ronque. Só para tirar uma informação. Esse projeto 936, esse crédito aberto é para secretaria de agricultura? Obrigada, seria só isso. Na sequencia o PROJETO DE LEI n.º 936/2019, foi colocado em segunda discussão e votação e aprovado por unanimidade. Presidente, nas **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**, o presidente usando da palavra disse: ANTÔNIO AUGUSTO MACIEL FILHO. Nós não vamos fazer o uso das explicações pessoais porque o Casagrande ficou de dar algumas explicações para nós, esteve em uma reunião em Campo Mourão sobre o projeto que vai ser implantado em nosso Município da Cortina Verde. Então, como secretário da agricultura que participou dessa reunião lá em Campo Mourão, portanto, vários vereadores querem ouvir um pouco do que ele ouviu lá. Essa lei veio para nós, chegou aqui dia 02/04/2019, ela tem 45 dias para nós darmos parecer, votar e fazer alguma modificação, nós vamos fazer uma reunião e em seguida ela vi estar tramitando para dar tempo ao prazo que a juíza lá de Campo Mourão passou para nós. Então, agora convido o secretário da agricultura, o Casagrande para passar para a gente. Se algum vereador quiser fazer alguma pergunta a palavra fica livre: DORIVAL CAETANI. Eu queria, antes do secretário falar, fazer uma observação dessa própria recomendação, quando veio na minha gestão, eu gostaria de dizer que essa recomendação do Ministério Público já veio na nossa gestão, foi encaminhado Ofício, até na época a vereadora Rosana também era da comissão de justiça e redação final, a vereadora Rosana andou



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281

participando de algumas reuniões. Eu gostaria até de fazer algumas observações, o Ministério Público de Campo Mourão a tempo atrás tem cobrado a implantação da Cortina Verde, a proteção da cortina verde, em agosto passado veio a recomendação, na minha gestão ainda quando eu era presidente e foi encaminhado ao executivo, o ofício está aqui, na época não foi tomado providência alguma, na época que nós mandamos, conversamos e hoje veio de novo. Agora veio uma nova recomendação já com o modelo da lei para ser aprovado, é a recomendação que veio agora, o promotor ou a juíza deu 45 dias de prazo para nós dar uma resposta da providência que nós tomou e que vai tomar agora, nós vamos ter que dar uma resposta rápida. Hoje foi convocado o secretário até porque quando trata-se de uma lei de Cortina Verde igual todo mundo sabe, eu não concordo que cabe ao legislativo fazer essa lei, o legislativo tem que legislar, tem que ajudar, tem que estar sentando, tem que cobrar, mas cabe executar e quem executa é o Executivo, o Legislativo aprova, mas está todo mundo de acordo, eu acho que os moradores da cidade não se deve estar tomando veneno no dia a dia conforme muitas pessoas passam sem orientação, os moradores da cidade tem que ter realmente um controle com nossos técnicos, passar de maneira correta e a cortina verde eu acho que é uma coisa boa, a nossa parte do Legislativo nós estamos fazendo, está sempre nos reunindo, sempre nós conversou e agora Ministério Público já vem ameaçando de repente pode até uma hora multar. Então, eu gostaria, está ai o secretário, até orientei o Mineiro e todo a câmara de vereador que o secretário está aqui, é o caminho. O município é conduzido pela agricultura, pela EMATER e a Câmara, tenho certeza que através do presidente Mineiro da mesa constituída por mim, Mineiro e Odair, Claudião vice e todos os demais vereadores, está esperando uma sugestão, nós precisamos de uma providência do prefeito para poder aprovar essa lei se tiver adequado, chamar pessoas que entendem da lei, de repente até convocar os moradores de volta do município que tem propriedade para nós estar sentando e resolvendo isso. Então, eu gostaria de deixar esse firmado, o Casagrande está aqui hoje que a câmara está disposta a ir de encontro com a realidade para nós poder estar discutindo esse projeto de forma correta porque nós não podemos deixar ou ser punido talvez o presidente da Câmara ou Prefeito por cruzar os braços e não dar uma resposta de imediato para o Ministério Público. Dizer que nós estamos se adequando isso a câmara está ciente do que está acontecendo. Eu agradeço pela oportunidade. Obrigado. Coma palavra o SECRETÁRIO DA AGRICULTURA SR. LUIZ CARLOS DA SILVA. Boa noite presidente, boa noite aos demais vereadores, o pessoal aqui presente, Pelé, Beramar. Com relação a Cortina Verde, fui convocado para participar dessa reunião lá em Campo Mourão onde esteve presente a promotora, o pessoal da EMATER, o chefe da Regional da EMATER de Curitiba, o pessoal da SEAB, da agricultura, secretários, prefeito e vereadores. Essa reunião foi muito esclarecedora com relação a tudo que foi já feito e o que está sendo feito, inclusive o município de Lidianópolis também recebeu a lei, alguns municípios já de imediato já aprovaram a lei, mas estão tendo dificuldade porque a lei não estava realmente de acordo com o município. Então, hoje estão com dificuldade porque está com lei aprovada e não tem como cumprir a lei. Lá foi falado o seguinte que nós temos realmente que iniciar essa conversação, o pessoal da EMATER vai estar sendo qualificado para ajudar porque não é só um trabalho da cortina verde, vai ter que ser feito um trabalho com os agricultores, com os moradores, o pessoal do urbanismo da cidade também vai ter que estar conscientizando porque quando fala em agrotóxico, não é só relacionada aquele espaço, tem a questão Urbana que muitas vezes a pessoa pega uma bomba para passar um veneno na cidade perto de uma escola, perto de algo público e isso não pode. Alguns municípios que eu sei que foi Marilândia do Sul que já tem o projeto piloto que foi muito bem elaborado, mas tem algumas ações que é de imediato, algumas ações que vai demorar um ano de conscientização, talvez o cara está com uma plantação e vai ter que tirar a plantação, não é assim de uma hora para outra, tudo isso vai ter que ser feito que pôr no papel, para isso tem que ter discussão, vereador, prefeito, pessoal da agricultura e EMATER. A cortina verde não quer dizer que é só pegar o perímetro urbano que está lá no plano diretor, ver aonde está a delimitação dessa área, a partir desse momento que vai aplicar a cortina verde, até fala nessa lei vocês receberam que os loteamento que foi montada agora, eles vão ter que respeitar essa lei, eles vão ter a responsabilidade de arcar com essa questão do espaço que vai ter que ter a cortina verde. Então, é um trabalho bem demorado que também a gente não pode se precipitar e querer aprovar de uma hora para outra, agora até conversei com o Mineiro e alguns vereadores, a gente tem que começar a agir, marcar uma reunião, né Mineiro, o Rogério também convidei, mas já tinha um outro compromisso e falou que está a disposição para a gente marcar uma outra discussão, pode ver com ele a agenda, sentar com o Executivo dar uma estudada e pegar alguém, tem alguns municípios já tem uma lei aprovada, adequada que já foi discutida porque tem treinamento até para o pessoal que aplica o produto, o vizinho ali na cidade. Então, é um treinamento para ele passar o produto, o tipo de bico, tipo de bomba, a hora e tem a parte da fiscalização também. Então, baseado nisso, inclusive a questão do agrotóxico não é só questão do urbanismo, hoje até à saúde, a Regional de Saúde assumiu esse papel porque hoje está tendo muito problema com agrotóxicos na saúde, 5% das crianças hoje está nascendo com autismo devido ao glifosato. Então pessoal, esse projeto não é só isso, vai ser muito mais, mas de início para resguardar o perímetro urbano vai ser feito isso e a gente também da secretaria da agricultura pensando nesse sentido, nós estamos programando, já está programado para o dia 6 de junho, aniversário município, um evento com os agricultores que fazem parte do programa PROMIFUCA e outros programas, nós



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281

vamos estar falando sobre a questão da qualidade dos produtos que está envolvido, a questão da certificação dos produtos que hoje o mercado para receber tem que ter a certificação, está rastreando esses produtos que foi passado, o agrotóxico, IPI que tem que usar. Então, isso nós vamos estar trazendo nessa reunião, vai vir uma pessoa da Regional que vai estar falando a respeito das consequências do agrotóxico, nós estaremos também nesse dia fazendo lançamento, estamos escrevendo no projeto, vai ser passado para a câmara, a respeito da conservação das nascentes do município que infelizmente nós estamos vendo um problema sério que está ligado à saúde que é o pessoal entupido mina enfim e a gente vai fazer um trabalho nesse sentido, nós vamos disponibilizar um técnico para fazer esse trabalho para que nós possamos no futuro ter uma água com mais qualidade. Com relação a cortina verde, é mais ou menos isso pessoal, quem tiver alguma dúvida, mas o primeiro passo é nós estarmos sentando aqui com os técnicos que vai estar à disposição para gente estar discutindo, é um trabalho bem arduo, bem extenso, mas que a gente não pode deixar de se manifestar, mas não quer dizer que vai aprovar a lei em 40 dias porque é impossível isso, porque aprovar pode, mas não vai talvez estar adequado, porque isso vai demandar estudo, tempo e adaptação de coisas que não vai sair de uma hora para outra, mas a partir do momento, lá em Marilândia mesmo tem coisa que a gente vai pedir um ano de prazo, não com relação a lei, mas algumas ações que vai estar na cortina verde, 1 a 2 anos de prazo para implementar porque muitas vezes a pessoa tem uma área de plantação, mas vai ter que fazer alguma coisa; DORIVAL CAETANI. Eu gostaria de fazer uma pergunta. O que se preocupa bastante é as Vila Rural que hoje também está sendo recomendada na Vila Rural que é uma grande produtora de goiaba de fruta, hoje se nós tiver que proibir por exemplo, está certo que a goiaba hoje é envelopada, mas a gente se preocupa muito porque as Vila Rural é produtiva por isso que tem que ser um projeto bem discutido porque de repente a câmara faz de qualquer maneira e não funciona, realmente é uma técnica especial e bem observada para que nós não penalize essas pessoas que está produzindo, nós temos que achar uma forma legal, a Vila é o que mais deixa a gente preocupado porque são pequenas propriedades onde hoje estão produzindo uma grande quantidade de goiaba e está saindo a sobrevivência de todo mundo daquele pequeno pedacinho de terra; LUIZ CARLOS DA SILVA. Então, vamos ter que estudar uma forma de proteger, mas a gente vê que não é só isso, que arrumou o uso do agrotóxico, pessoalmente vai passar quem não toma os cuidados necessários, claro, vai ser algo que tem que estudar, talvez uma volta das casas para poder ter uma saída, uma proteção, talvez não vai ser aquela proteção alta mais uma proteção que vai ajudar muito no controle. São possibilidades que a gente vai estar estudando, conversando e vamos sentar com o pessoal da Vila Rural, vamos conversar. Primeiro nós temos que escrever alguma coisa e começar a discutir; LUCIANA DE JESUS MAIA, qual é a cidade que já tinha implantado? LUIZ CARLOS DA SILVA. Marilândia já está com projeto prontinho, já fizeram tratamento com os produtores, a capacitação na aplicação, principalmente. LUCIANA DE JESUS MAIA. Marilândia é a cidade que você disse que já foi formada a lei e está tendo problema agora. LUIZ CARLOS DA SILVA. Não, é de Jardim Alegre, Morumbi, mandou para a câmara e para a prefeitura e eles aprovaram sem mudar nada; LUCIANA DE JESUS MAIA. O primeiro passo é fazer uma organização de conscientização, audiências públicas, não sei como que a gente vai fazer. O primeiro passo é conscientizar os sítios vizinhos a cidade, a sede, tanto como que acabou de citar Vilas Rurais, o Porto Ubá. Primeiro passo é a conscientização dos moradores e sítiantes; LUIZ CARLOS DA SILVA. Tem alguns casos que muda a agricultura, seria uma alternativa, plantar alguma coisa que não vai veneno, vai menos produto, - me cada proprietário vai ter que se adequar. Pessoal, eu tenho compromisso, eu não sabia, já tinha marcado com o pessoal ali 19:30 uma reunião e estão me esperando lá. Então, nesse caso o Osmar teria que fazer uma denúncia na ADAPAR, assim, pegar o produto e fazer uma análise, o negócio é bem complicado; ANDERSON CLEITON ALVES. Eu vejo assim Mineiro, primeiro eu parabeno você como presidente de estar preocupado. Isso veio já há vários tempos e está para ser resolvido, vai para lá e vem para cá e corre, vem e você está com essa preocupação, já foi atrás, falou com o prefeito, chamou já o Casagrande para nós sentarmos e ver isso, nós já tivemos uma conversa, né Casagrande, como que eu acho que a gente tem que fazer, eu acho que aquela conversa que a gente teve meio que rápido porque deu certo da gente se encontrar e conversar sobre isso, tinha que fazer essa reunião junto aí com os vereadores e o Executivo, o Casagrande, a EMATER e está as pessoas que são mais envolvidos sobre essa lei e depois como a gente também falou Luciana junto, sentado o Casagrande e o Mineiro, estar procurando fazer sim algumas audiências públicas porque isso aqui vai afetar tanto a agricultura como urbanismo para o caso de se habituar, né Casagrande, coisas que vai estar acontecendo dentro do município que vai ser precário. Então, eu acho que vai ter que se conversar, assim como o Osmar acabou de falar. Então, é uma coisa uma situação que nós vamos tem que ver o que vai ter que ser feito. O Casagrande também não está errado que é uma coisa que não é do dia para noite, mas não é do dia para noite, mas nós vamos ter que fazer e vai ter que acabar no fim, uma hora é aquilo que falou, não tem jeito. Então, não tem como agradar todo mundo e fazer, isso não pode ficar no legislativo junto no executivo, isso tem que ser feito sentar e fazer, é o promotor que está pedindo, não tem mais jeito de segurar, isso é importante para o município, são leis aqui que rege, está aqui dizendo que tem sim a possibilidade grande de fazer grandes coisas e também depois que fez o processo aqui e outra que aprovou, a câmara aprovou, assim como ele falou que outros municípios aprovaram aqui,



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281

está dizendo claramente aqui que pode ser mexido, pode ser feito depois que aprovou pode, está dizendo aqui que é a cada 10 anos, mas é no máximo a 10 anos. Então quer dizer, está dizendo que tem que estar acompanhando periodicamente junto com as Leis Municipais passando pela câmara e acompanhando o crescimento do município, não tem uma contra razão da câmara também estar aprovando algo que não vai se poder mais mexer, porque aqui eu li aqui e tem uma parte aqui que diz que para a provação são os dois terços dos vereadores e está dizendo, revisando pelo menos a cada 10 anos e tem que ter as revisões periódicas pontuais. Então quer dizer, acompanhamento, cresceu o município, como que foram os acompanhamentos e estar mexendo. Eu acho que é por isso que até citei aquele dia junto, a Rosana estava junto, o Mineiro e o Casagrande da gente sentar e ver o que dá para ser feita, a possibilidade de fazer, o Casagrande também explicou como é que foi lá. Eu parabeno o Mineiro que a gente tem que mexer sim e ver o que dá para ser feito; ROSANA ROCHA DA SILVA. As recomendações vieram porque nós sabemos que realmente o agrotóxico tem causado problemas sérios de saúde com a população, não é daqui, mas é o Brasil em si, ele faz assim um uso abusivo de agrotóxico por isso agora o aumento da fiscalização em cima desse contexto em que nós vivemos, nós temos que verificar, nós estivemos em algumas reuniões quanto a isso e realmente o que a gente percebeu é que alguns municípios quando foi mandado a recomendação aprovaram o projeto de lei tal qual, isto significa que eles não adequaram esses projetos a realidade de cada município. Então, nós temos que perceber isso, fazer um plano, traçar planejamentos, objetivos, aquilo que nós almejamos dentro do município e isso principalmente nós temos que estudar, verificar o plano diretor até onde nós temos que fazer essa cortina verde e de forma a se adequar ao mundo que vivemos e o que tem trazido aí para nós como seres humanos e também não só aí, mas também nós temos que alguns agrotóxicos também a fiscalização tem que melhorar, não só em termos de município, mas os organismos, os órgãos de fiscalização tem que funcionar dentro disso. Então, são projetos e esses municípios citados, teve uns que fizeram adequaram e formularam muito bem e tem que ter um plano, no caso mexeu num plano decenal para ficar sempre corrigindo e verificando os prós e contras de tudo isso. Dentro desse disso, alguns municípios não fizeram isso que vocês estão falando, as reuniões, as audiências, a conscientização, a elaboração junto porque não adianta nós formularmos leis aqui na Câmara ou no Executivo sem comunicarmos a população e sem estarmos juntos à essa população porque senão não vai ter adesão e essa adesão é necessária. Diante disso tudo, se nós não trouxermos para discussão, para elaboração em conjunto, a lei fica vaga, assim como existe muitas vezes que não são executadas porque não existe essa troca de ideias para fazer com que ela funcione, que ela vai se adequando à realidade de cada município e por isso é importante essas reuniões, é importante essas discussões e também junto aos agricultores não só conscientizando, mas também dando cursos de preparação para evitar a deriva. Então, os mecanismos de também de estar lá junto com o maquinário, saber como usar o equipamento de proteção individual EPI, é um contexto todo e daí todos tem que estar envolvido, é o Executivo e o Legislativo, é a saúde, agricultura, o meio ambiente é a população em sim; Presidente ANTÔNIO AUGUSTO MACIEL FILHO. Eu vejo assim também, igual o Casagrande disse da cidade Marilândia do Sul, mas podemos ir lá. Eu acho que nós temos que dar um pulo lá, ver essa lei, baseada nela, nós podemos ir lá em Marilândia do Sul. A minha preocupação é o prazo que mandou aqui, lógico que se nós formos fazer um trabalho de conscientização pessoal, talvez não sei se vai dar esse prazo, mas antes disso a gente tinha que entrar em contato até com a juíza lá de Mourão para a gente fazer uma coisa bem feita. Eu vou convocar o prefeito, já conversei no dia que chegou aqui o projeto, eu fui primeiramente falar com o vice-prefeito Cido e ele também falou que essa semana ia ter uma advogada, a Carol que vai estar aí, e nós convocar também igual ele falou, o Rogério, o pessoal da EMATER, mas vamos pegar sim. Eu vou fazer força, a minha parte, eu vou estar cobrando isso, já mandei para o Executivo, o projeto já está lá, já foi protocolado. Não é só parte Legislativo, é também o Executivo, nós estamos aqui para aprovar, mas para ajudar administrar. Então, a minha parte eu vou fazer quanto mais rápido eu acho que é importante, agora se achar que não der e não dá prazo, que nós entramos em contato em Campo Mourão para pedir mais um prazo para fazer para a lei bem feita, para fazer uma lei que vai vir para ficar. Então, eu vou cobrar bastante e vou convocar os vereadores, vai ter talvez vai ter uma ou três reuniões. Então, vocês fiquem atentos que a gente vai durante essa semana já ou na semana que vem eu vou trabalhar em cima disso, a minha parte como presidente da Câmara eu vou fazer aqui e eu sei que vocês também vai fazer a parte de vocês, o Executivo a maior força, está na mão dele. Então, nós estamos aqui para aprovar a lei que talvez vai ser elaborada lá no Executivo e passar para a câmara de vereador; ANDERSON CLEITON ALVES, Então presidente, estava até olhando aqui do Ministério Público, até eles comentaram aqui do município porque eles citaram aqui existe 14 municípios no Paraná que já está usando essas leis referente à proteção, a zona de proteção da cortina verde e até foi dito aqui que teve um município que é o município de Luziânia, até ela colocou aqui a promotoria Luziânia como um projeto-piloto da aplicação, porque lá em Luziânia parece que teve até abaixo-assinado de 150 assinatura de 150 pessoas dizendo e pedindo lá sobre esses agrotóxicos e tudo e que agora está sendo usado, já implantado, já algum tempo essa área verde e que aonde as vezes o presidente junto com o secretário dá para ver, ligar lá para perguntar como que está sendo. Então, tem mais algumas coisas aqui também dizendo algumas coisas de Luziânia aqui. Então quer dizer, aqui já é o município que às vezes pode se ligar, ligar para lá assim como você disse, como



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitscheck, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281

o Casagrande falou que está indo lá visitar em Marilândia, Luziana também não é longe, as vezes em vez de Marilândia estar visitando Luziânia que é ali para frente de Barbosa quase chegando em Campo Mourão. Então quer dizer, é pertinho deles lá da comarca, dá para se ver e ver o que dá para ser feito; LUCIANA DE JESUS MAIA. Eu vejo assim, essa exigência que a gente vê da promotoria é que eles querem saber se a gente já tem algo em andamento. Então, é uma forma que eles fazem, deu esse prazo e tudo, mas é uma forma de estar colocando para nós que estão de olho e eles querem saber se tem algo em andamento, se tem algo sendo feito no decorrer desse prazo que foi dado, a gente pode estar mandando Ofício, tirando foto dessas audiência porque vai ser assim sendo feito que a gente já está fazendo uma mobilização dentro do município sobre isso e que isso não está encostado, não está engavetado, provando para eles que está acontecendo uma mobilização dentro do município mediante o que foi pedido. Eu acho que é por aí o caminho, né Rosana, informando aquilo que a gente tá fazendo devagarzinho e não meter o pé pelas mãos, por mais que que o Anderson disse que a gente depende, a gente pode estar provando uma lei aonde ela pode ser estar sendo alterada devagar, conforme vai vendo que não está dando certo vai alterando. Só que é uma coisa delicada que a gente sabe que um vai sair perdendo nessa história, a gente sabia disso, reclamações vai haver. Então, é interessante si. É interessante a gente estar sentando com cautela, vendo certinho para não pesar nem para um lado nem para o outro que é melhor coisa. ODAIR JOSÉ BOVO. Eu vejo assim, cada município com a sua realidade, os promotores fazem um desenho, fazem um projeto numa cidade quadrada que faz um cinturão verde imagina se faz, mas não é assim a realidade de cada município, você pegar o nosso município por exemplo, existe pequena chácara do lado, vai fazer um recuo de 50 a 100 m, já toma a chácara do cara. Então, já vai ter esse problema, é o caso dele, ele tinha que ter feito o cinturão verde para o lado de cá ou para o lado de lá, vai sobrar o quê para plantar? Pega a questão do asfalto ali, não sei. Então, cada município tem uma realidade, eu vejo assim. Então, nós temos que começar a trabalhar aquilo que vocês estão falando e outra nós de bico, olha lá, dá uma olhada lá, é um bico para cá e um bico para lá. Presidente ANTÔNIO AUGUSTO MACIEL FILHO. Com a proteção de Deus e com a presença de 9 vereadores, eu declaro encerrada a décima quarta sessão ordinária do dia 6 de maio de 2019. Obrigada a todos. E, nada mais havendo, encerrou-se a presente Sessão, cuja ata foi gravada e transcrevida por mim, Claudiomiro Domingos Honorato, Assessor Administrativo e será afixada em Edital para análise e aprovação, assinada pelo Presidente, 1º Secretário e os demais vereadores.

ANTONIO A. M. FILHO
Presidente

ODAIR JOSE BOVO
1º Secretario